

ELEIÇÕES / Plano de governo da chapa Lula-Alckmin, a ser apresentado hoje, em São Paulo, tem como destaques medidas de proteção ambiental e combate ao crime organizado que atua na Amazônia

Limites à mineração na floresta

» VINICIUS DORIA

Com adaptações de última hora, o plano de governo da chapa de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSB) será apresentado hoje, em São Paulo, com a presença de representantes dos sete partidos que integram a coligação de apoio à pré-candidatura do ex-presidente do Palácio do Planalto (PT, PSB, PV, PCdoB, Solidariedade, Rede e PSol). As propostas para a economia predominam no documento, mas, por causa da comoção decorrente do assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, na Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas, a questão ambiental, e especial o combate às ações criminosas na Floresta Amazônica, ganhou destaque no documento, após revisão dos dois pré-candidatos. A inclusão de diretrizes para o setor de mineração também está entre as principais mudanças ao texto original.

Por sugestão do PSol e do PSB, o novo plano de governo vai incorporar propostas para combater “duramente” a exploração ilegal de minérios na Amazônia. A intenção é criar uma política mineral em que o setor seja um dos protagonistas do processo de reindustrialização do país — uma das bandeiras da chapa —, com estímulos ao desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e mecanismos rigorosos de fiscalização e controle, “de forma que as áreas indígenas e quilombolas sejam totalmente respeitadas”, assim como o interesse da sociedade na proteção de sítios históricos, de importância cultural, paisagística e turística.

Como o **Correio** antecipou na semana passada, as questões ambientais ganharam caráter de urgência no plano de governo. Além de metas de longo prazo, como a de “desmatamento líquido zero”, que leva em consideração as áreas reflorestadas, Lula e Alckmin aprovaram um conjunto de ações emergenciais, para ser adotado nos primeiros dias de governo, dada a gravidade do problema. “É preciso adotar uma atitude incisiva logo no comecinho do governo, uma verdadeira reocupação da Amazônia

Filipe Araujo/APP



Uma das propostas da chapa é restabelecer “de imediato” as atribuições de Polícia Federal, Ibama, ICMBio, Funai e Fundação Palmares na região

pelo Estado”, disse um dos assessores partidários que participou da elaboração do documento. O diagnóstico do grupo é que a Amazônia foi invadida “por máfias, pelo crime organizado” por causa, principalmente, do desmonte das estruturas de fiscalização.

A proposta é restabelecer “de imediato” as atribuições de órgãos como Polícia Federal, Ibama, ICMBio, Funai e Fundação Palmares para que o combate ao garimpo ilegal, à extração de madeira, ao tráfico de drogas, à pesca predatória e muitas outras atividades ilegais seja retomado de forma incisiva e coordenada. Outra medida que a chapa pretende assumir como promessa de campanha é a criação da Força Nacional Ambiental, para atuar na defesa do meio ambiente e das comunidades tradicionais, ameaçadas pela exploração predatória de recursos naturais.

Os partidos aprovaram, na semana passada, 117 diretrizes, mas esse número deve ficar em torno de 130 na redação final que será apresentada hoje, em um hotel da capital paulista. Alckmin, por exemplo, encaminhou três emendas que entraram em discussão na noite de ontem. Para a área econômica, foram incluídas diretrizes para aumentar a competitividade da economia brasileira e estimular o setor primário a agregar valor aos produtos (e não somente exportar bens in natura).

Educação

Na educação, o ex-governador de São Paulo considerou importante incluir a proposta de uma política pública de emergência para ajudar os estudantes a superar a defasagem de aprendizagem aprofundada pela pandemia da covid-19. A ideia de Alckmin

é que o governo federal apoie as escolas públicas a adotar cursos de reforço para que os estudantes mais prejudicados pela crise sanitária — que não conseguiram acompanhar as aulas virtuais por desestímulo ou dificuldade de acesso à tecnologia — possam recuperar o conteúdo perdido e se reintegrem à rotina dos colegas que se adaptaram melhor ao ensino a distância.

Também foram incluídas sugestões específicas para a proteção da chamada Amazônia Azul, como os militares se referem ao mar territorial brasileiro, e de valorização da categoria dos policiais. Integrará o texto, ainda, a proposta de controle rigoroso do comércio, posse e porte de armas no país, um contraponto à atual política do governo de Jair Bolsonaro de facilitar o acesso às armas de fogo pela população civil.

» Plano ficará sob “consulta pública”

Após o anúncio do plano da chapa Lula-Alckmin, que servirá de base para o programa de governo oficial da dupla, a ser registrado na Justiça Eleitoral, o documento ficará em uma espécie de consulta pública, em que os eleitores poderão apresentar, ao longo de 30 dias, sugestões de novos temas ou alterações das bandeiras propostas. Com esse objetivo, a coligação desenvolveu uma plataforma para que as sugestões sejam apresentadas via internet. Outra forma de participação serão as “mesas de diálogo para avançar no debate com entidades nacionais”, de acordo com a coordenação do grupo de trabalho que preparou o plano de governo.

Sugestões sobre a Petrobras

As diretrizes do plano de governo da chapa Lula-Alckmin foram agrupadas em três eixos: “desenvolvimento social e garantia de direitos”, “defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania” e “desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática”. Esse último eixo foi o que recebeu mais alterações em relação ao texto original, proposto pela Fundação Perseu Abramo, ligada ao PT. Além de medidas de defesa do meio ambiente, o capítulo inclui sugestões para alterar a atual política de preços da Petrobras, revisar a reforma trabalhista e derrubar o teto de gastos orçamentários.

No caso da Petrobras, o consenso da coligação é que a estatal deixe de formular seus preços apenas com base nas cotações internacionais e na variação cambial. A ideia é que a empresa incorpore ao cálculo do preço dos combustíveis os custos de produção no Brasil e a capacidade de investimento do setor de petróleo e gás no país, com objetivo de minimizar o impacto de eventuais aumentos no orçamento familiar.

Sobre a reforma trabalhista, que não será mais “revogada” caso Lula seja eleito, um dos pontos acordados é avançar na autonomia dos sindicatos e no estímulo às negociações coletivas.

Outra mudança proposta é a revisão dos artigos que impuseram ao trabalhador custos processuais em caso de derrota da ação na Justiça. Outra bandeira do plano é a retomada da política de valorização do salário-mínimo, com reajustes anuais acima da inflação. A volta do Bolsa Família aos seus moldes originais também será bandeira da chapa na campanha eleitoral. A meta é universalizar o programa como política pública permanente de Estado. (VD)

Moraes fecha cerco ao PCO

» LUANA PATRIOLINO

As empresas das principais redes sociais no Brasil receberam uma ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para bloquear os canais oficiais do Partido da Causa Operária (PCO). A decisão foi publicada ontem, e as plataformas têm até hoje para cumprir a determinação.

O PCO foi incluído pelo STF no inquérito das fake news por disseminar ataques e notícias falsas sobre os magistrados da Corte. As empresas que não cumprirem a ordem de Moraes poderão receber multa de R\$ 20 mil por dia.

“Oficie-se a Twitter, Instagram, Facebook, Telegram, YouTube, Tik Tok para que procedam ao imediato bloqueio dos perfis/canais do PCO. Em caso de descumprimento, fixo multa diária no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nos termos do Código de Processo Penal e do Código de Processo Civil, sem prejuízo da imposição de outras medidas coercitivas”, escreveu o ministro.

A Polícia Federal apura se a estrutura do partido, que conta com recursos dos fundos partidário e eleitoral, está sendo utilizada para atacar a democracia. O presidente da sigla, Rui Costa Pimenta, prestou depoimento à corporação na semana passada. A legenda, de extrema-esquerda, acusou o STF de golpe e chegou a chamar Moraes de “skinhead”. Além disso, defendeu a “dissolução” do Supremo.

“Em sanha por ditadura, skinhead de toga retalha o direito de expressão e prepara um

STF/Divulgação



Ministro deu prazo de 24h para redes sociais bloquearem perfis e canais do partido de extrema-esquerda

novo golpe nas eleições. A repressão aos direitos sempre se voltará contra os trabalhadores! Dissolução do STF”, pregou o partido.

“Ditadura”

Outra crítica da sigla foi à ordem de bloqueio ao aplicativo Telegram, que se negava a cumprir medidas judiciais impostas por Moraes. O PCO chamou a decisão de ditadura e sustentou que a medida se tratava de tentativa de fraudar as eleições.

Na decisão, Moraes frisou haver fortes indícios de que a infraestrutura partidária do PCO

tenha sido usada para impulsionar a propagação das declarações criminosas, por meio dos perfis oficiais e do portal da legenda.

Após a ordem de Moraes, o PCO se manifestou e reiterou o pedido de dissolução do STF. “Em defesa de uma mudança profunda no Judiciário e em todo o regime político, é essencial realizar uma ampla campanha. A existência do Judiciário tal qual se encontra é, em si, uma afronta à CF88 (Constituição Federal de 1988), segundo a qual ‘todo o poder emana do povo’. Dissolução do STF”, escreveu o partido no Twitter.

No início deste mês, o presidente

Jair Bolsonaro (PL) defendeu a sigla de extrema-esquerda, após reunião com o vice-presidente global do Telegram, Ilya Perekopsky, e o representante da empresa no Brasil, Alan Campos Thomaz.

“Estive com o vice mundial do Telegram e com o representante nacional, e ele me autorizou a abrir parte da conversa. Estão sendo ameaçados de banimento pelo ministro Alexandre de Moraes se não excluam a página do PCO. O que é PCO, meu Deus do céu? É ultrarradical de esquerda. Deixa a página deles aberta”, disse o chefe do Executivo.

TSE pressionado pelo Ministério da Defesa

O ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, enviou um novo ofício, na noite de ontem, ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, no qual informa que encaminhará nomes de técnicos militares para atuarem como representantes das Forças Armadas na fiscalização das urnas eletrônicas.

Segundo um servidor do TSE, o documento enviado pela pasta foi recebido com surpresa, pois não há precedentes na história da Justiça Eleitoral. Mais cedo, Nogueira já havia acionado a Corte para solicitar uma reunião privada entre oficiais das três Forças e servidores da Justiça Eleitoral que tratará das propostas da Defesa para as eleições deste ano.

No documento enviado a Fachin, o ministro da Defesa diz que “a participação das Forças Armadas como entidade fiscalizadora do sistema eletrônico de votação” ocorrerá de “forma conjunta”, por meio de uma equipe de técnicos militares que o ministério ficará responsável por nomear.

A legislação eleitoral prevê a participação dos militares como fiscalizadores das eleições e auditores das urnas. A função, no entanto, é compartilhada com dezenas de instituições, como a Polícia Federal, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF).

O ministro da Defesa ainda solicitou que o TSE indique um servidor do tribunal “para atuar como ponto de contato” com

os militares, “a fim de facilitar a coordenação das ações que efetivem a aludida participação”. As demandas do ministério ocorrem antes mesmo de Fachin responder ao pedido para que fosse marcada uma reunião entre os técnicos das instituições.

A relação entre as Forças Armadas e a Justiça Eleitoral se deteriorou desde que o representante da Defesa na Comissão de Transparência Eleitoral (CTE) na Corte, general Heber Garcia Portella, passou a reproduzir o discurso do presidente Jair Bolsonaro (PL) em mais de 88 questionamentos enviados ao tribunal.

Durante reunião, ontem, com os membros da CTE, Fachin disse que o político que duvida do seu eleitor não é digno do mandato que exerce e desonra a história da democracia. Para o magistrado, quem lança dúvidas sobre o sistema eleitoral, na verdade, questiona as escolhas dos eleitores. “A Justiça Eleitoral está preparada para conduzir as eleições de 2022 de forma limpa e transparente, como vem fazendo nos últimos 90 anos”, ressaltou o ministro.

Apesar da firmeza das declarações, Fachin tem buscado distensionar a relação com os militares. Na sexta-feira, ele enviou um ofício a Nogueira, reiterando o convite para que Portella comparecesse à reunião de ontem.

Pouco antes da reunião, o ministro da Defesa respondeu a Fachin que o representante das Forças participaria do evento, mas reforçou o pedido de reunião feito à Corte.